PROJETO DE LEI Nº. 143/2019

000003

"INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, **GILBERTO DOS PASSOS**, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1°. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, colocação de meio fio, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados nas seguintes Ruas:

I - Rua João Watzko, no trecho compreendido entre a Rua Porfírio Alves e a Rua Pedro Batista de Bastos, localizada no bairro Industrial I, com extensão de 230,24 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

II - Rua Porfirio Alves, no trecho compreendido entre a Rua Henrique Sorg e a Rua João Watzko, localizada no bairro Industrial I, com extensão de 428,02 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

III - Rua Vereador João Alexandrina, no trecho compreendido entre a Rua Henrique Sorg e a Rua Osvaldo Chagas, localizada no bairro Industrial I, com extensão de 104,96 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

IV - Rua Feres João Sfair, no trecho compreendido entre a Rua Otto Friedrich e a Rua Bernardo Olsen, localizada no bairro Industrial I, com extensão de 181,98 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

V - Rua Antônio Liller, no trecho compreendido entre a Rua Lourenço Wrublevski e a Rua Adão Tiska, localizada no bairro Alto das Palmeiras, com extensão de 842,77 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000004

VI - Rua Deodato de Lima II, no trecho compreendido entre a Rua São José e a Rua Frei Menandro Kamps, localizada no bairro Boa Vista, com extensão de 164,87 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

VII - Rua Frei Menandro Kamps, no trecho compreendido entre a Rua João Sabatke e a Rua São José, localizada no bairro Boa Vista, com extensão de 277,37 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

VIII - Rua Júlio Budant Neto, no trecho compreendido entre a Avenida Expedicionários e a Rua Júlio Correia da Costa, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 480,00 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

IX - Rua Júlio Budant Neto, no trecho compreendido entre a Rua Júlio Correia da Costa e a Rua Miguel Darmorus, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 358,36 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

X - Rua Paulo Weise, no trecho compreendido entre a Avenida dos Expedicionários e a Rua Alvino Voigt, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 228,10 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XI - Rua Alvino Voigt, no trecho compreendido entre a Rua Paulo Weise e a Rua Henrique Zugmann, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 399,01 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XII - Rua Henrique Zugmann, no trecho compreendido entre a Rua Alvino Voigt e a Rua Frederico Kohler, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 131,43 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XIII - Rua Frederico Kohler, no trecho compreendido entre a Rua Henrique Zugmann e a Rua Otávio Tabalipa, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 174,48 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XIV - Rua Frederico Kohler, no trecho compreendido entre a Rua Otávio Tabalipa e a Rua Júlio Budant Neto, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 1.093,10 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000005

XV - Rua Henrique Sorg - T4, no trecho compreendido entre a Rua Ivo D'Aquino e a Rua Álvaro Soares Machado, localizada no bairro Industrial I, com extensão de 705,00 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XVI - Rua José Samuel Schmidt, no trecho compreendido entre a Rua Cel. Januário de A. Corte e a Rua Wendelin Metzger, localizada no bairro Alto da Tijuca, com extensão de 480,00 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XVII - Rua Cel. Januário de A. Corte, no trecho compreendido entre a Rua José Samuel Schmidt e a Rua Bernardo Olsen, localizada no bairro Alto da Tijuca, com extensão de 215,00 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XVIII - Rua Curitibanos, no trecho compreendido entre a Rua Joaquim de Paula Vieira e a Rua Paulo Ritzmann, localizada no bairro Boa Vista, com extensão de 161,00 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XIX - Rua Alfredo Maier, no trecho compreendido entre a Rua Adolfo Bading e a Rua Clemente Procopiak, localizada no bairro Campo da Água Verde, com extensão de 220,00 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

XX - Rua João Sabatke, no trecho compreendido entre a Rua Major Vieira e a Rua Paula Pereira, localizada no Centro, com extensão de 90,00 metros lineares (Anexo I – Área de Influência direta).

§1° - O custo total/orçamento estimado (considerando a extensão das vias – Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem aos valores de:

I - R$ 426.390,54 (quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), referente à Rua João Watzko;

II - R$ 786.682,43 (setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos), referente à Rua Porfírio Alves;

III - R$ 198.328,14 (cento e noventa e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e quatorze centavos), referente à Rua Vereador João Alexandrina;

IV - R$ 402.992,35 (quatrocentos e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos), referente à Rua Feres João Sfair;

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000006

V - R$ 1.892.274,10 (um milhão, oitocentos e noventa e dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e dez centavos); referente à Rua Antônio Liller;

VI - R$ 351.985,76 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), referente à Rua Deodato de Lima II;

VII - R$ 534.904,97 (quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos), referente à Rua Frei Menandro Kamps;

VIII - R$ 1.342.997,82 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos), referente à Rua Júlio Budant Neto;

IX - R$ 977.964,86 (novecentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), referente à Rua Júlio Budant Neto;

X - R$ 502.259,51 (quinhentos e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e um centavos), referente à Rua Paulo Weise;

XI - R$ 910.321,85 (novecentos e dez mil, trezentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos), referente à Rua Alvino Voigt;

XII - R$ 286.772,31 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), referente à Rua Henrique Zugmann;

XIII - R$ 355.438,54 (trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais, e cinquenta e quatro centavos), referente à Rua Frederico Kohler;

XIV - R$ 2.308.281,47 (dois milhões, trezentos e oito mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos), referente à Rua Frederico Kohler;

XV - R$ 1.751.194,56 (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), referente à Rua Henrique Sorg - T4;

XVI - R$ 615.291,41 (seiscentos e quinze mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta e um centavos), referente à Rua José Samuel Schmidt;

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

XVII - R$ 261.967,71 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos), referente à Rua Cel. Januário de A. Corte;

XVIII - R$ 362.276,04 (trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e seis reais e quatro centavos), referente à Rua Curitibanos;

XIX - R$ 594.508,67 (quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e oito reais e sessenta e sete centavos), referente à Rua Alfredo Maier;

XX - R$ 206.523,32 (duzentos e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos), referente à Rua João Sabatke.

§2°. No que se refere à execução das obras públicas definidas nesta Lei, esta se dará através da aplicação de recursos obtidos por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, via operação de crédito, por meio do Financiamento à Infraestrutura e Financiamento – FINISA, autorizado pela Lei Municipal nº 6.367, de 29/04/2019 (Planilha de Orçamento – II).

Art. 2°. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§1°. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§2°. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3°. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000008

b) orçamento do custo das obras;
c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
d) delimitação na zona beneficiada;
e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§1°. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§2°. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido e endereçadas ao titular da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, o qual, após manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciaram as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

(cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;
II – sua testada e área;
III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

§4°. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5°. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V – prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6°. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7°. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8°. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9°. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária, aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000012

I – a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;
II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécies de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§1º. Ao contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretário de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécies de redução do montante lançado.

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

§2º. É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I – Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II – Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§3º. Independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§4º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005).

§1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000014

Art. 15. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III – 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias

§3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

I – no ato do recebimento do tributo;

000015

II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§1°. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1°. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§2°. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

§3°. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§1°. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§2°. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 23. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§1°. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§2°. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

000017

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000018

§2°. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei n°. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei n°. 195/1967, Lei Complementar n°. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei n°. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar n°. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

Art. 30. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar n°. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§1°. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§2°. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32. Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I a X) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 33. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas, em relação ao orçamento vigente.

Art. 34. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

000019

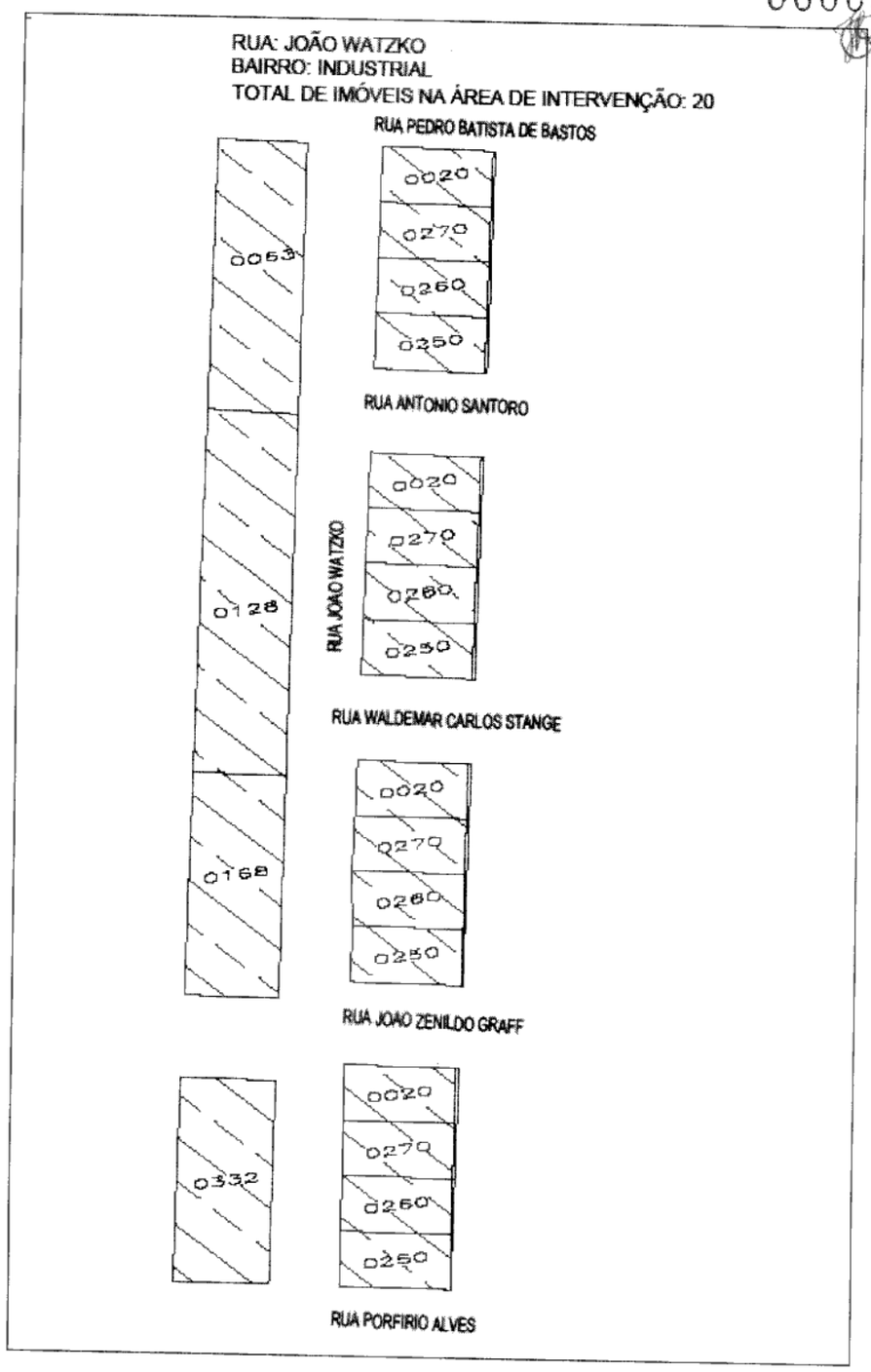
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

ANEXO I

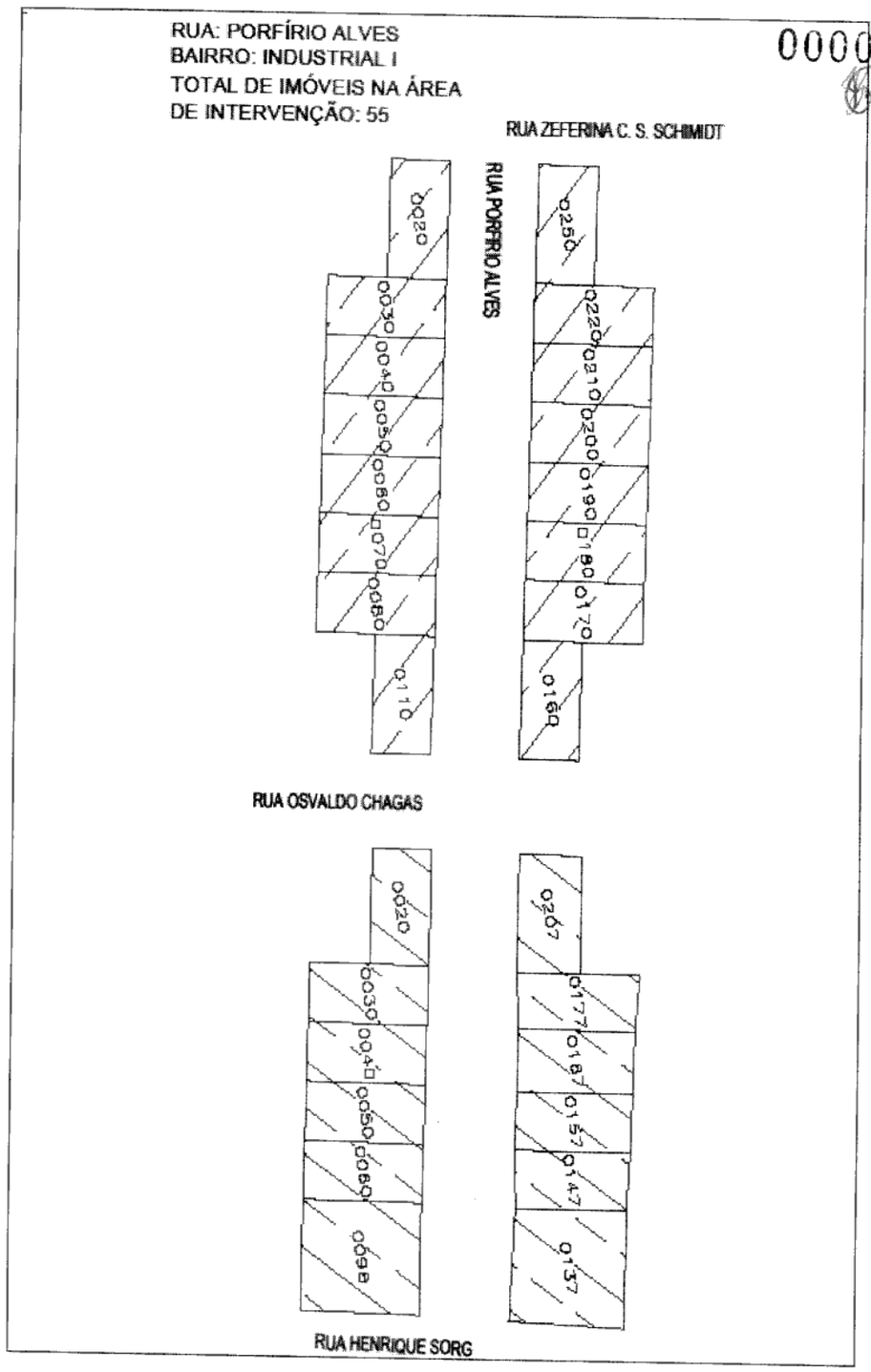
000020



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

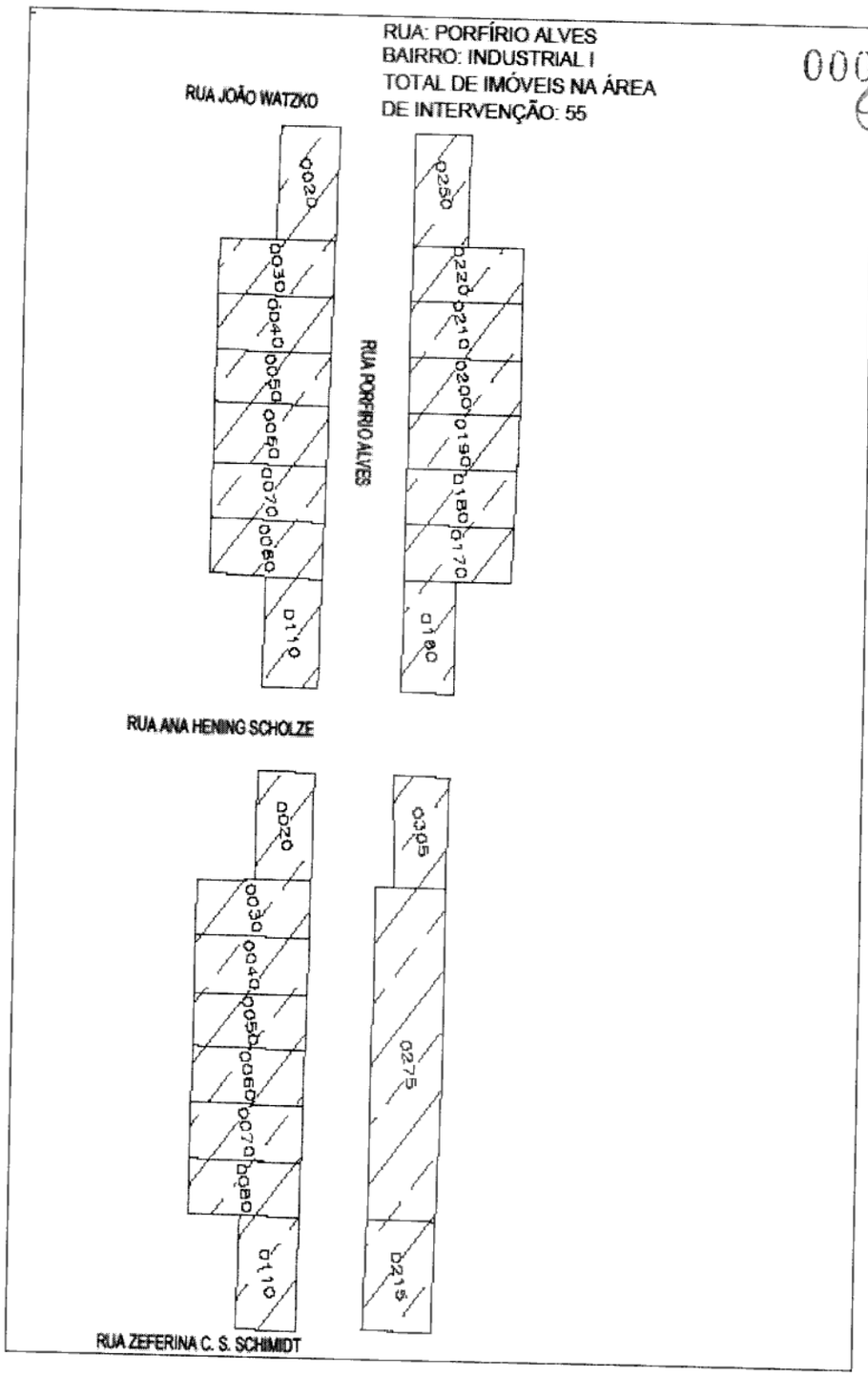
000021

RUA: PORFÍRIO ALVES
BAIRRO: INDUSTRIAL I
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA
DE INTERVENÇÃO: 55



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

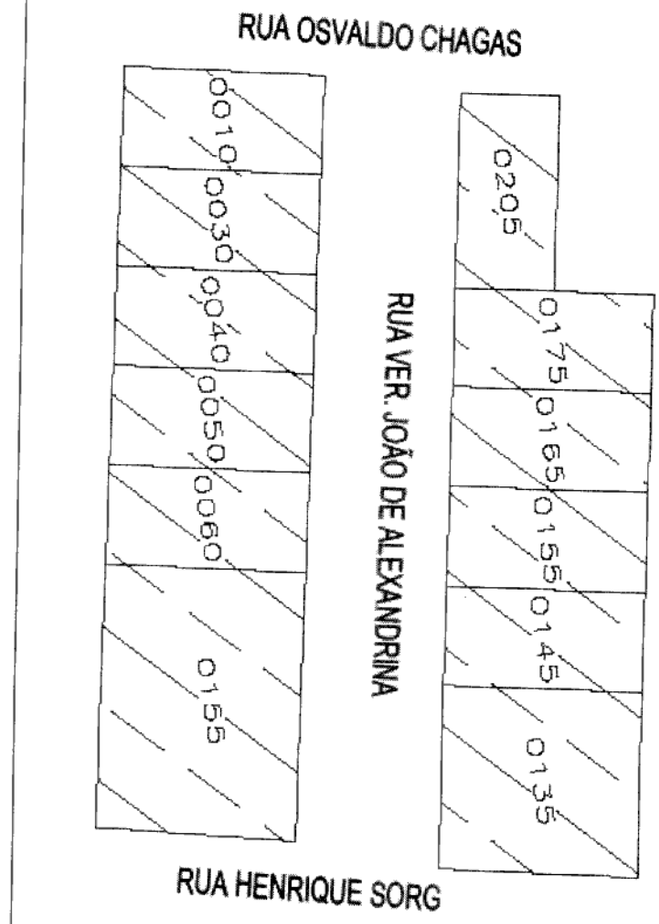
000022



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

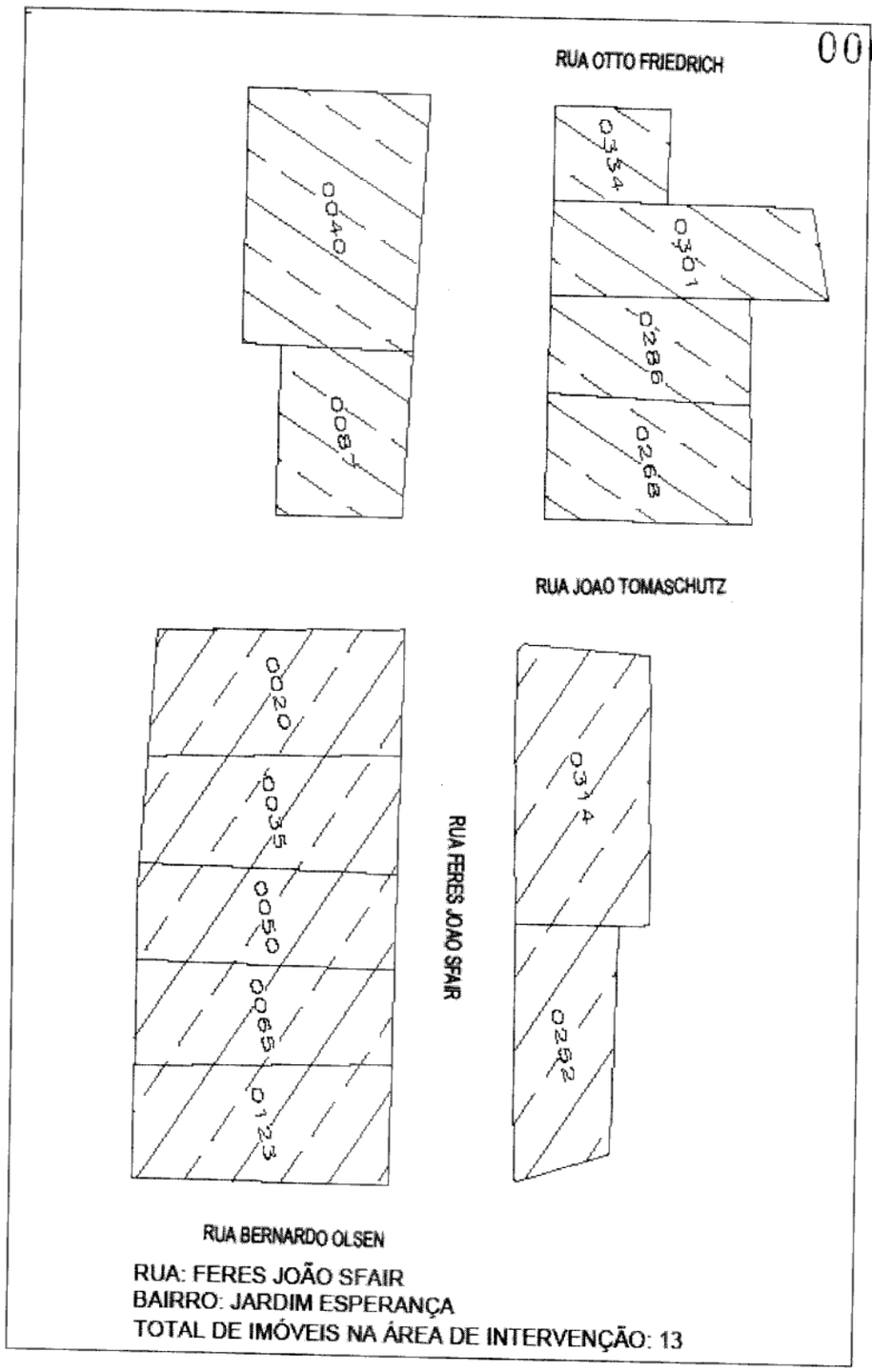
000023



RUA: VER. JOÃO DE ALEXANDRINA
BAIRRO: INDUSTRIAL I
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 12

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

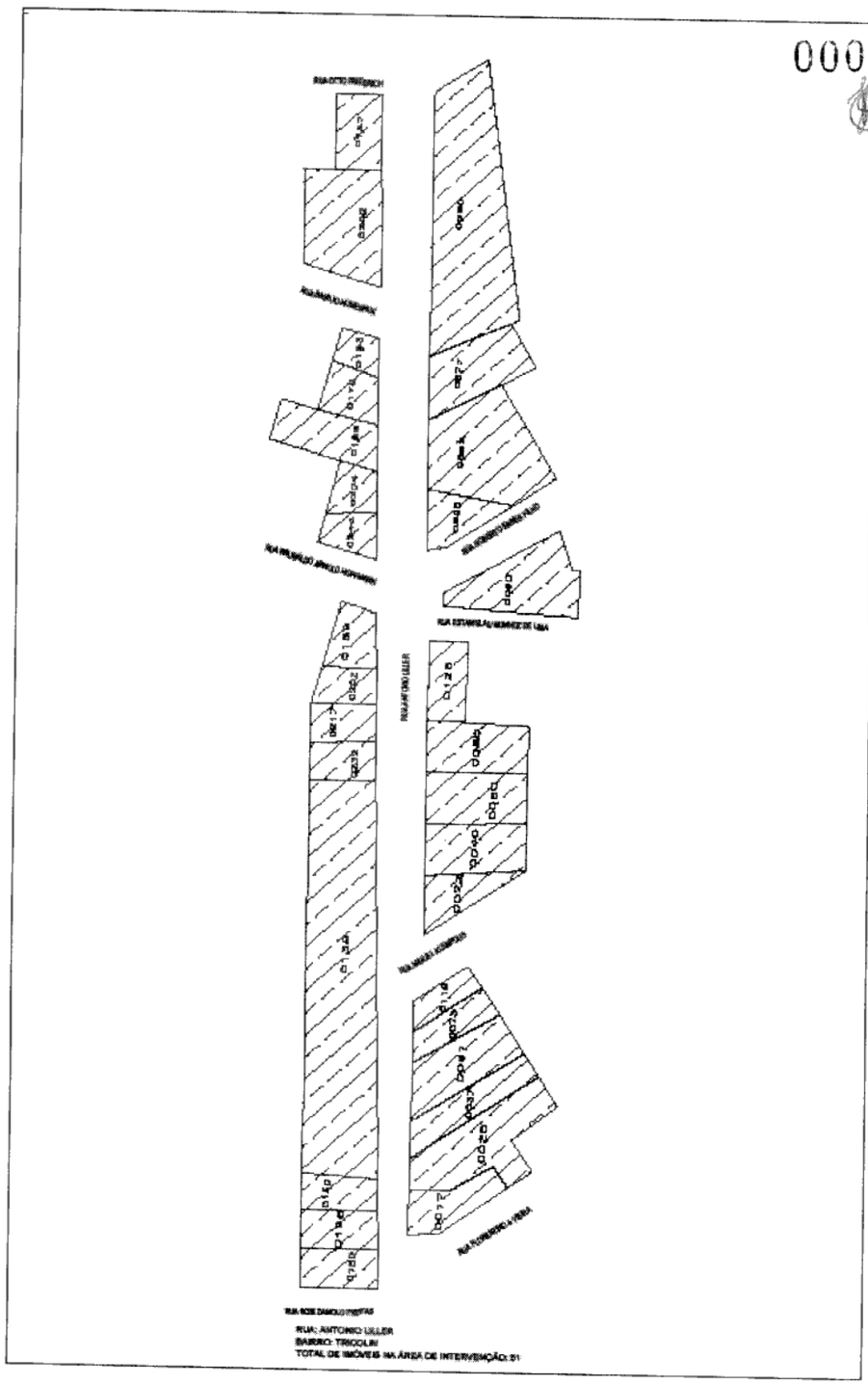
000024



RUA: FERES JOÃO SFAIR
BAIRRO: JARDIM ESPERANÇA
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 13

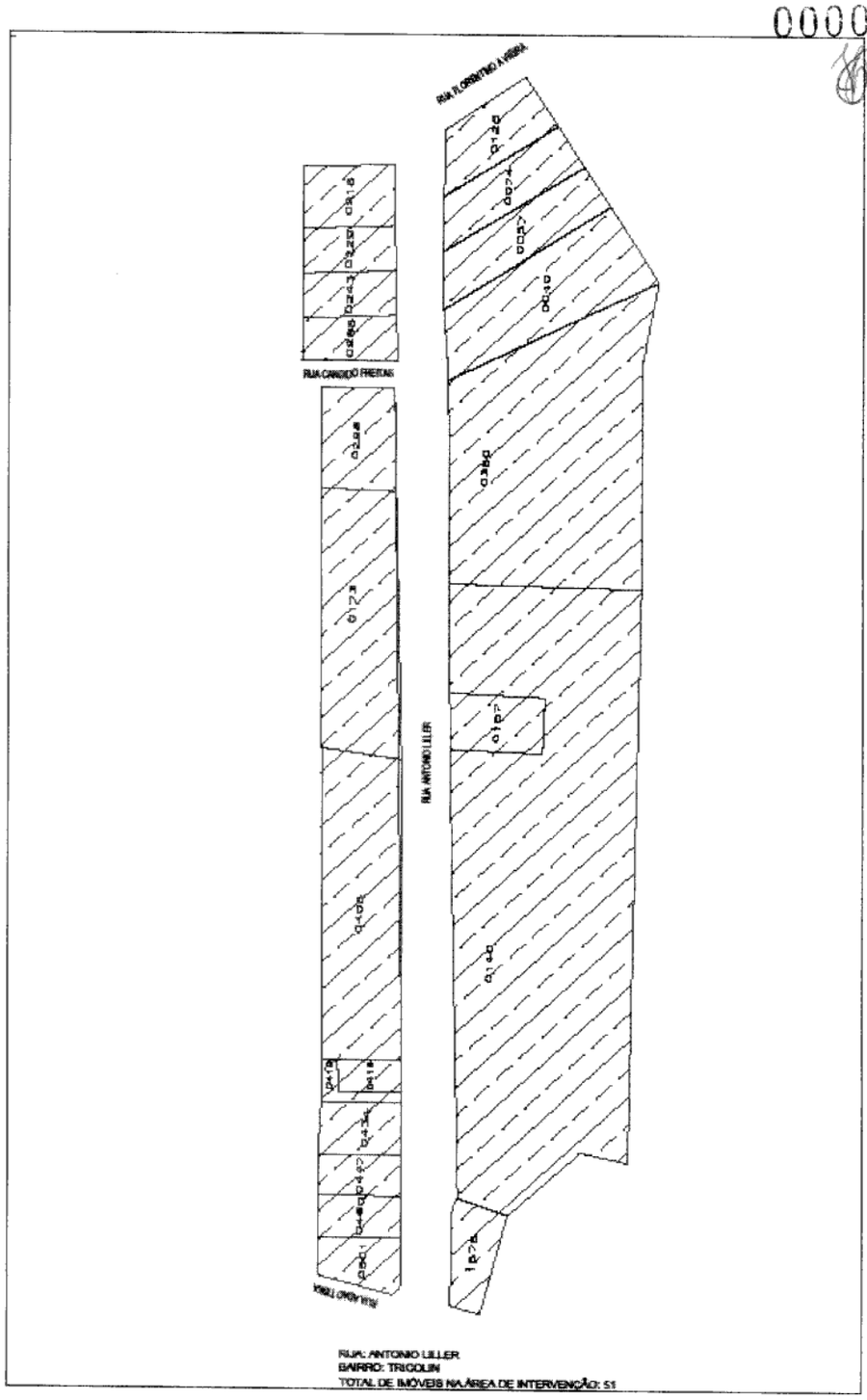
Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000025



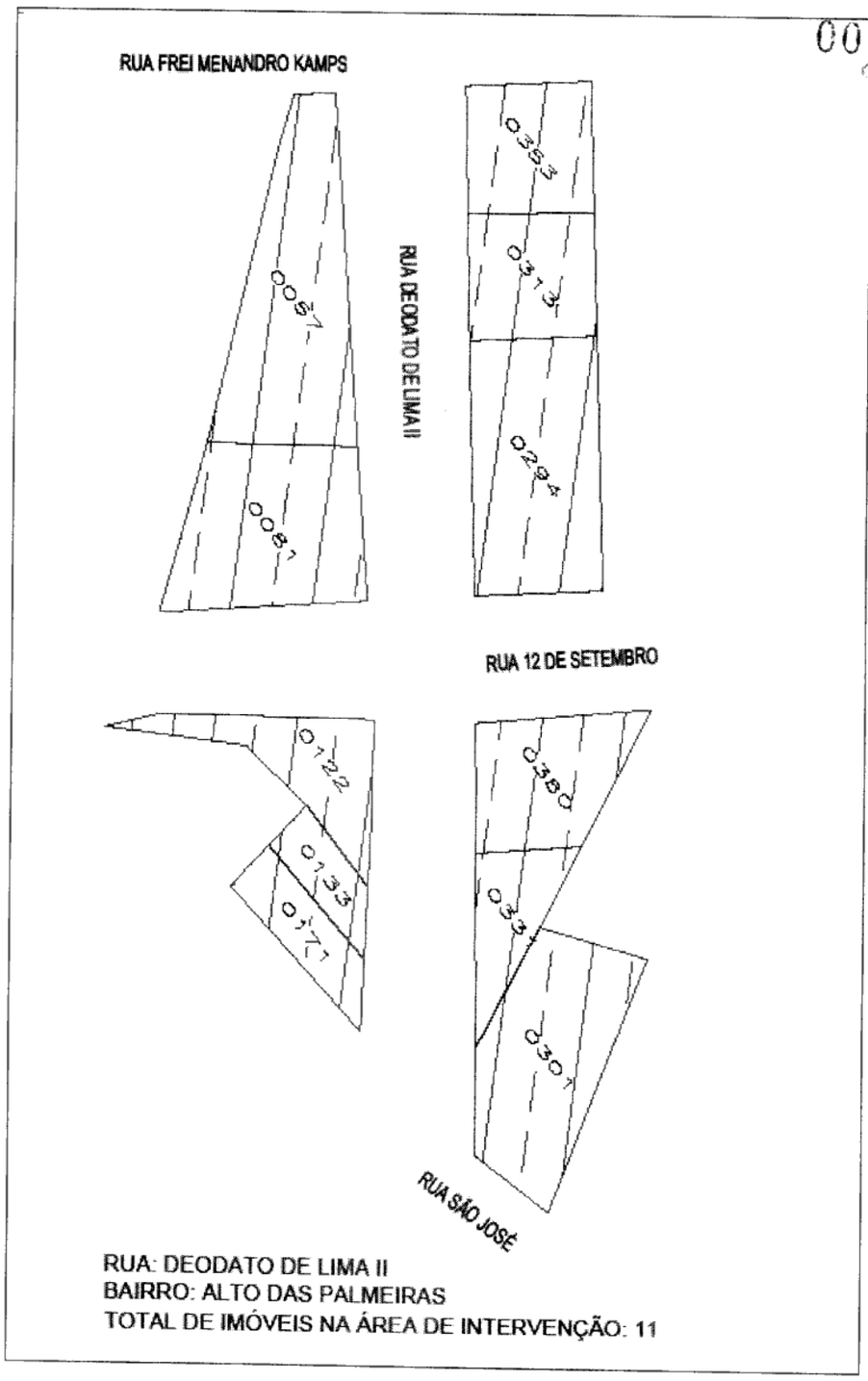
Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000026



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

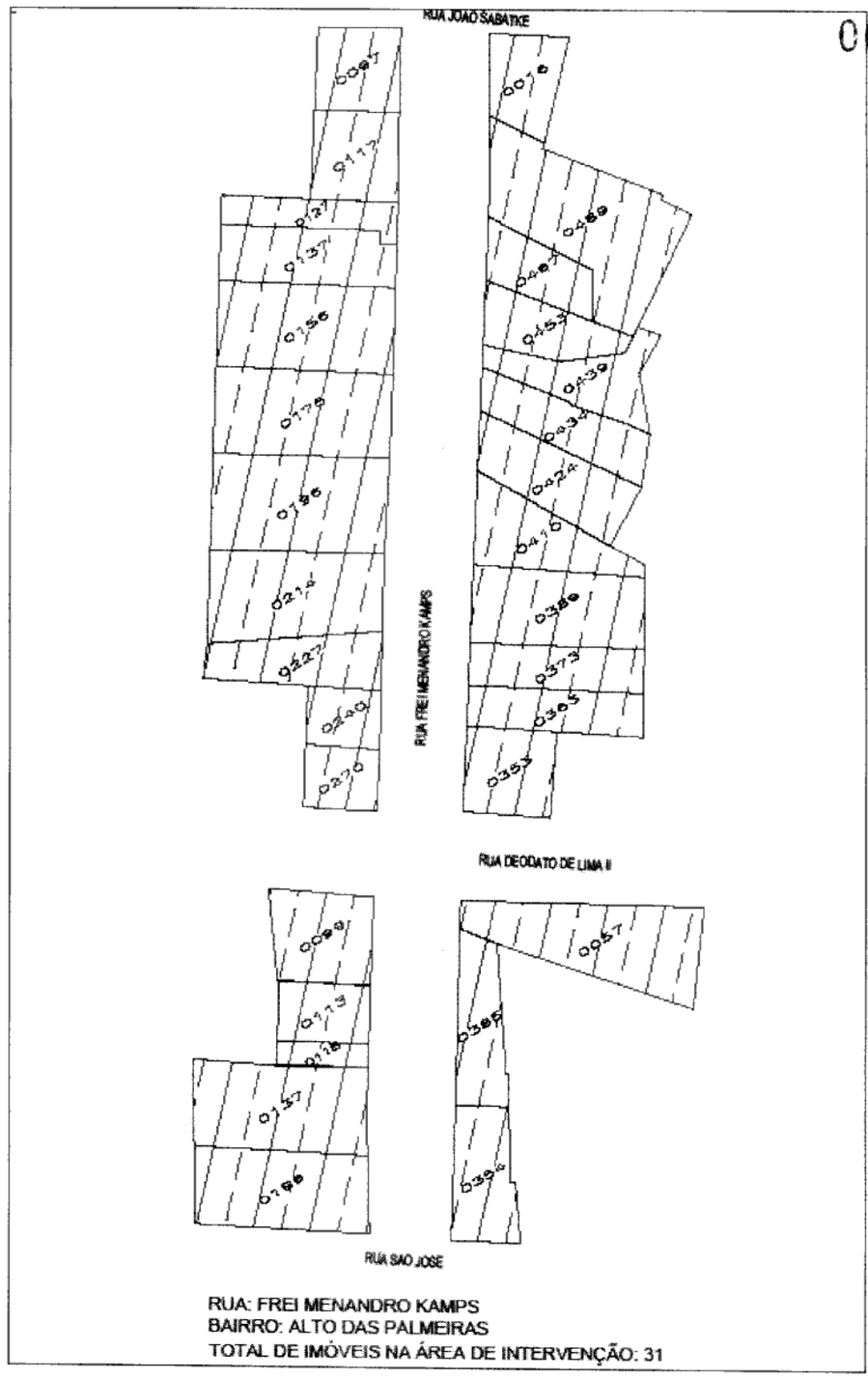
000027



RUA: DEODATO DE LIMA II
BAIRRO: ALTO DAS PALMEIRAS
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 11

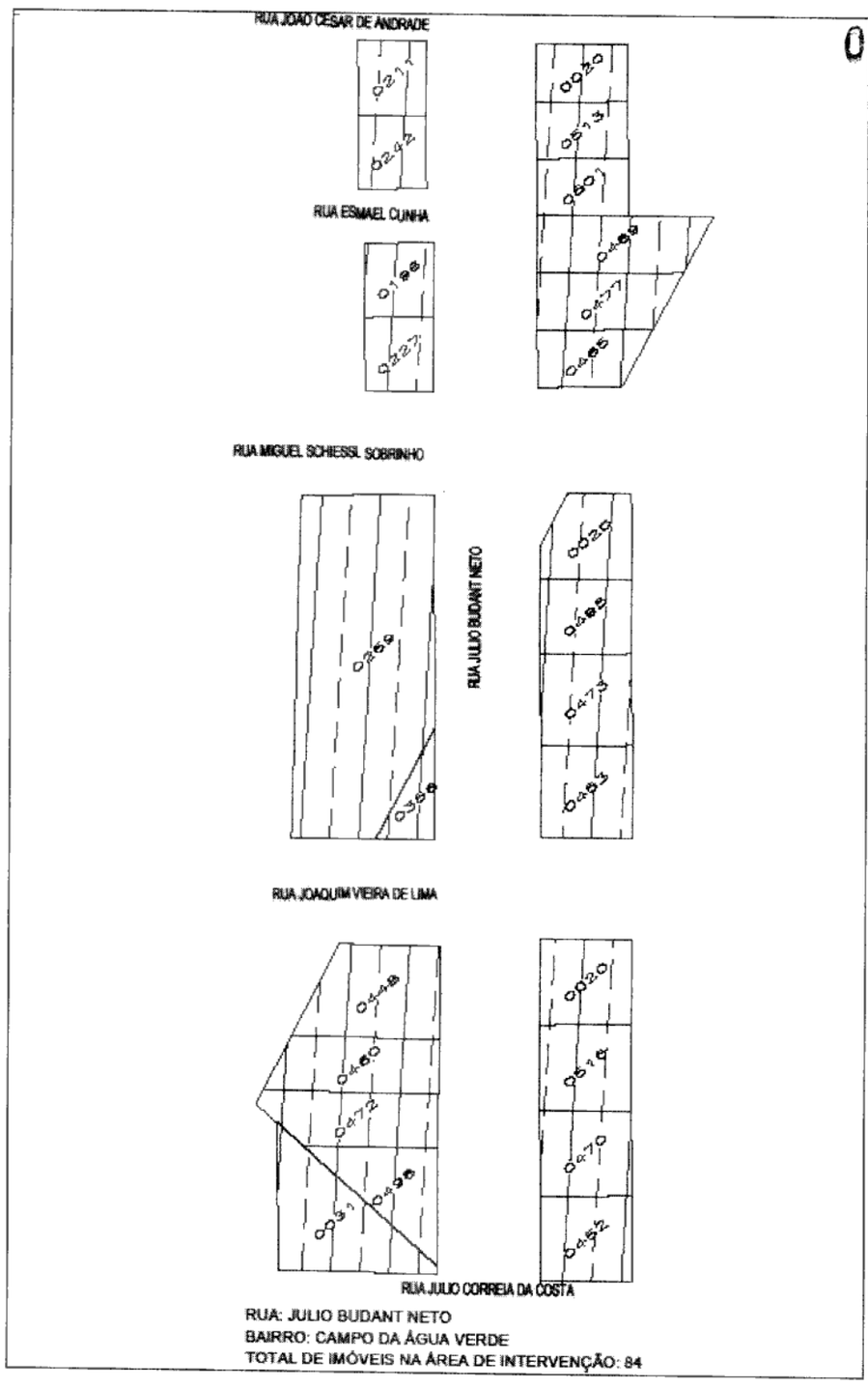
Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000028



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

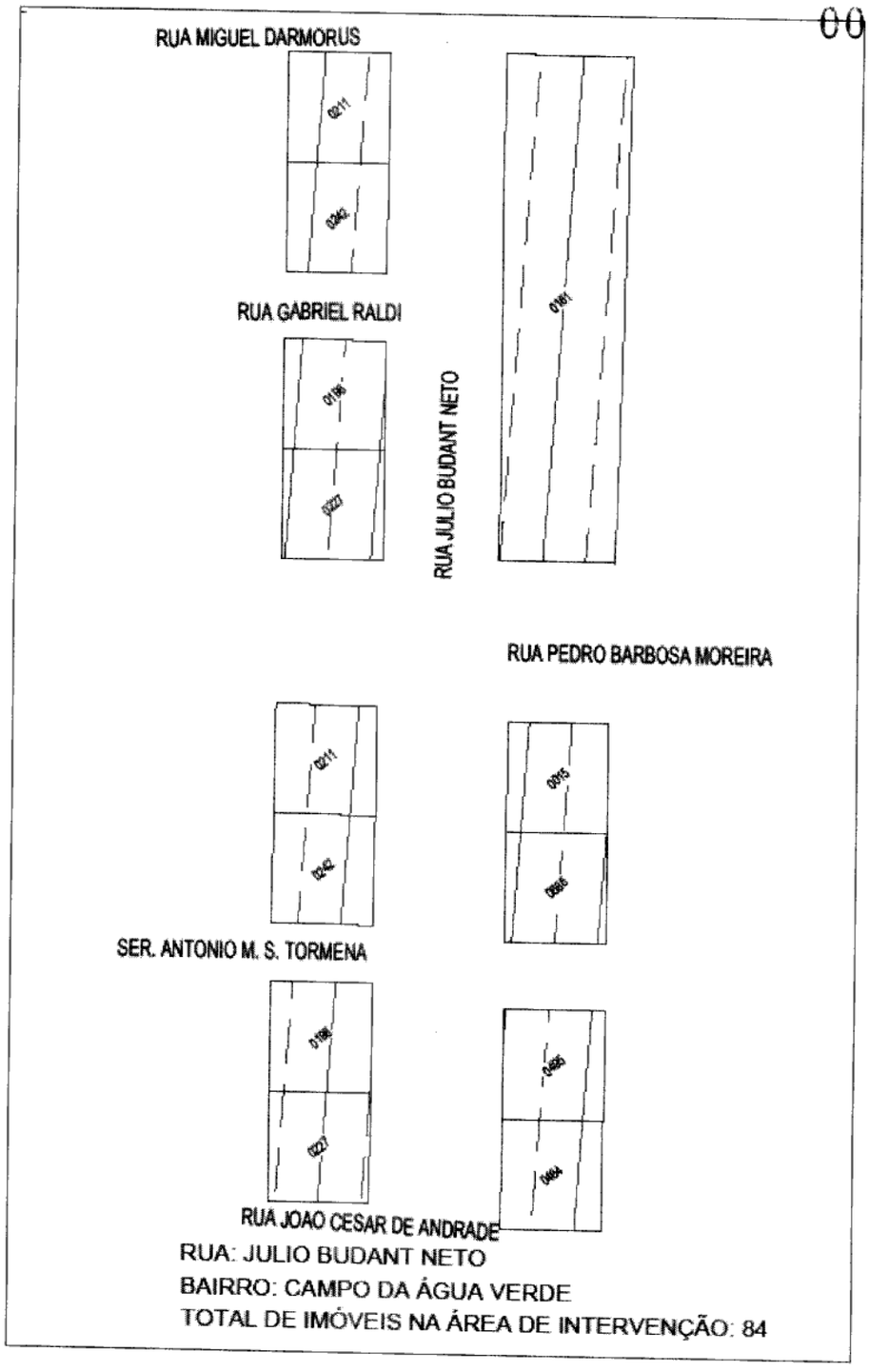
000029



RUA: JULIO BUDANT NETO
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 84

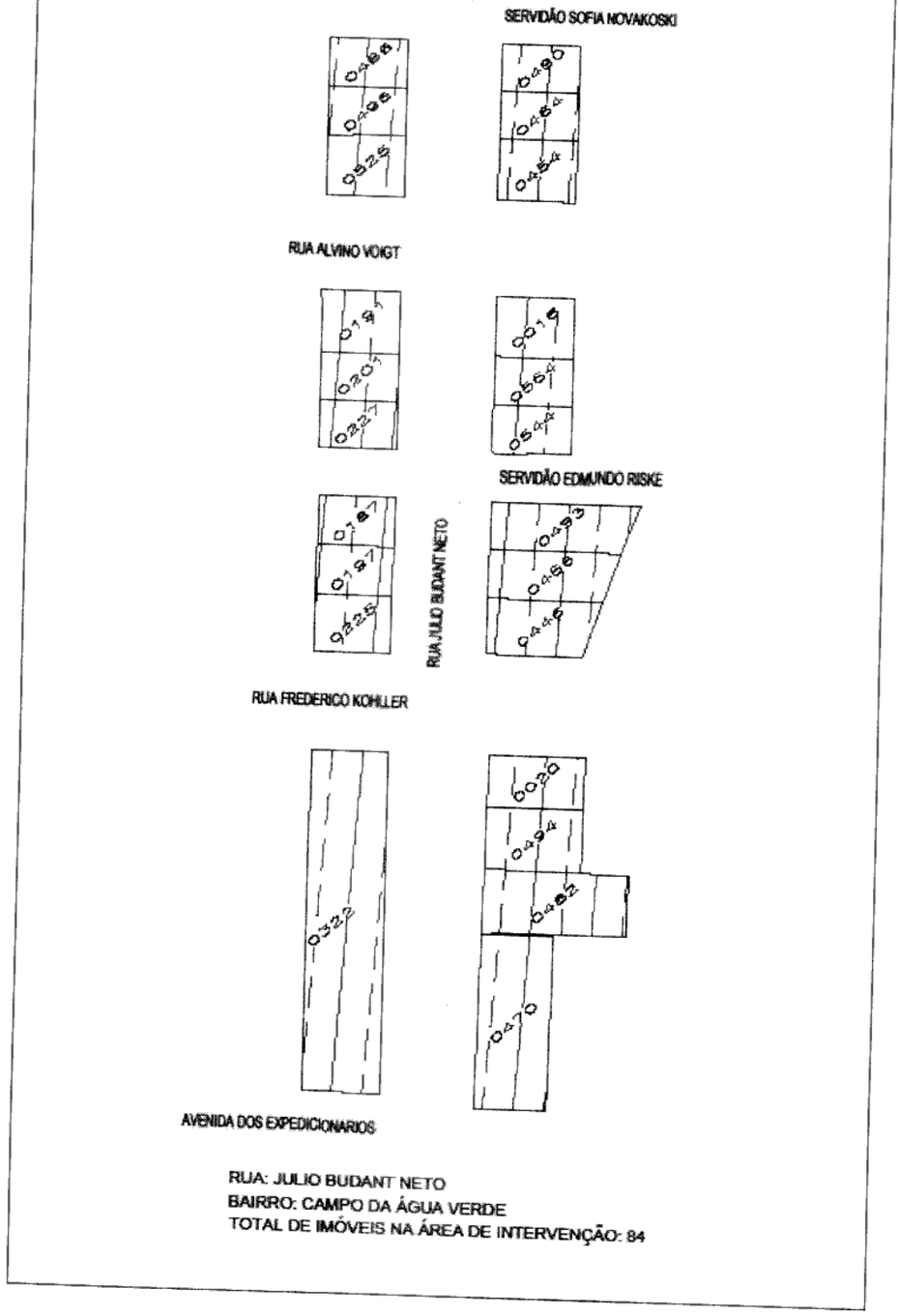
Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000030



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000031

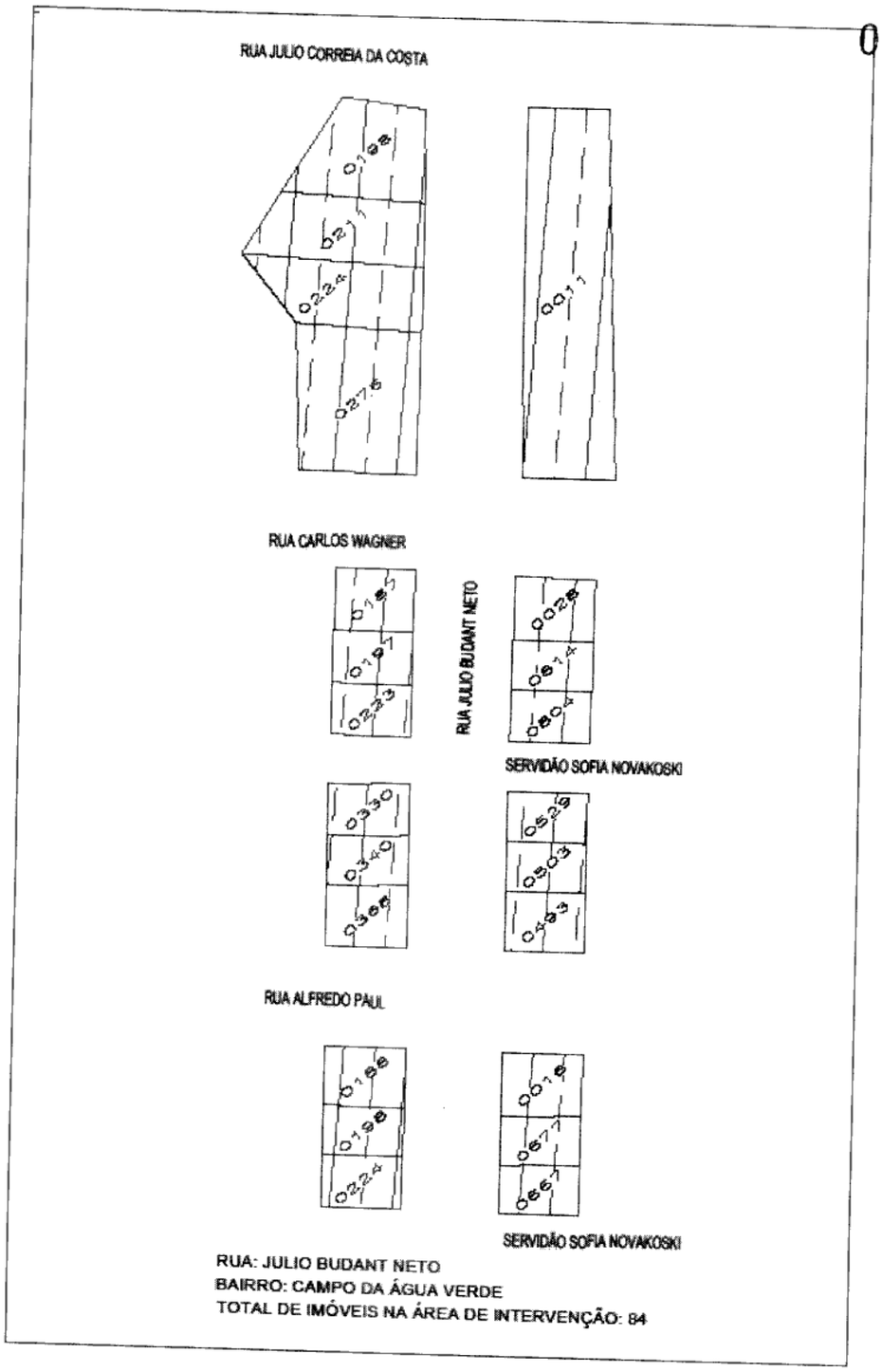


RUA: JULIO BUDANT NETO
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 84

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

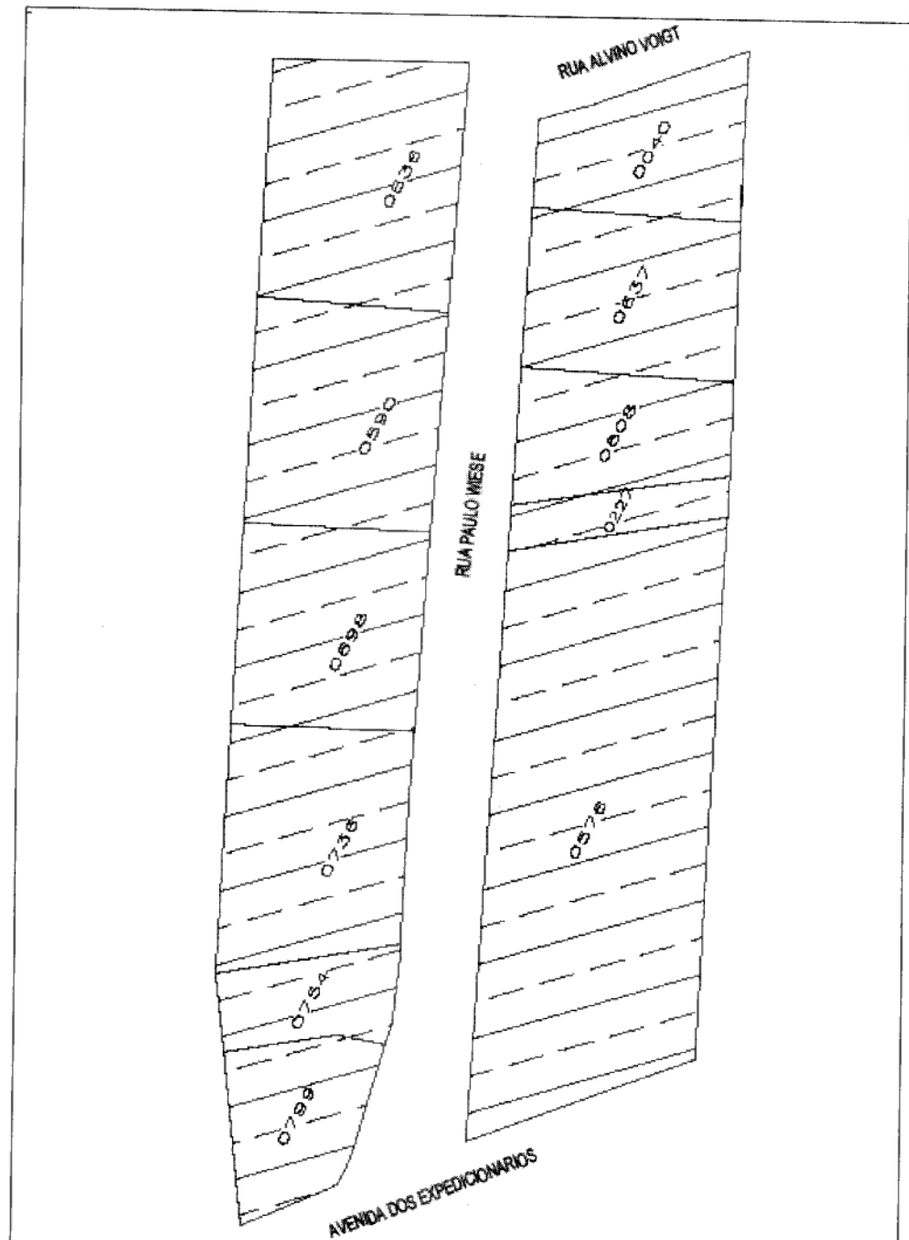
Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

000032



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

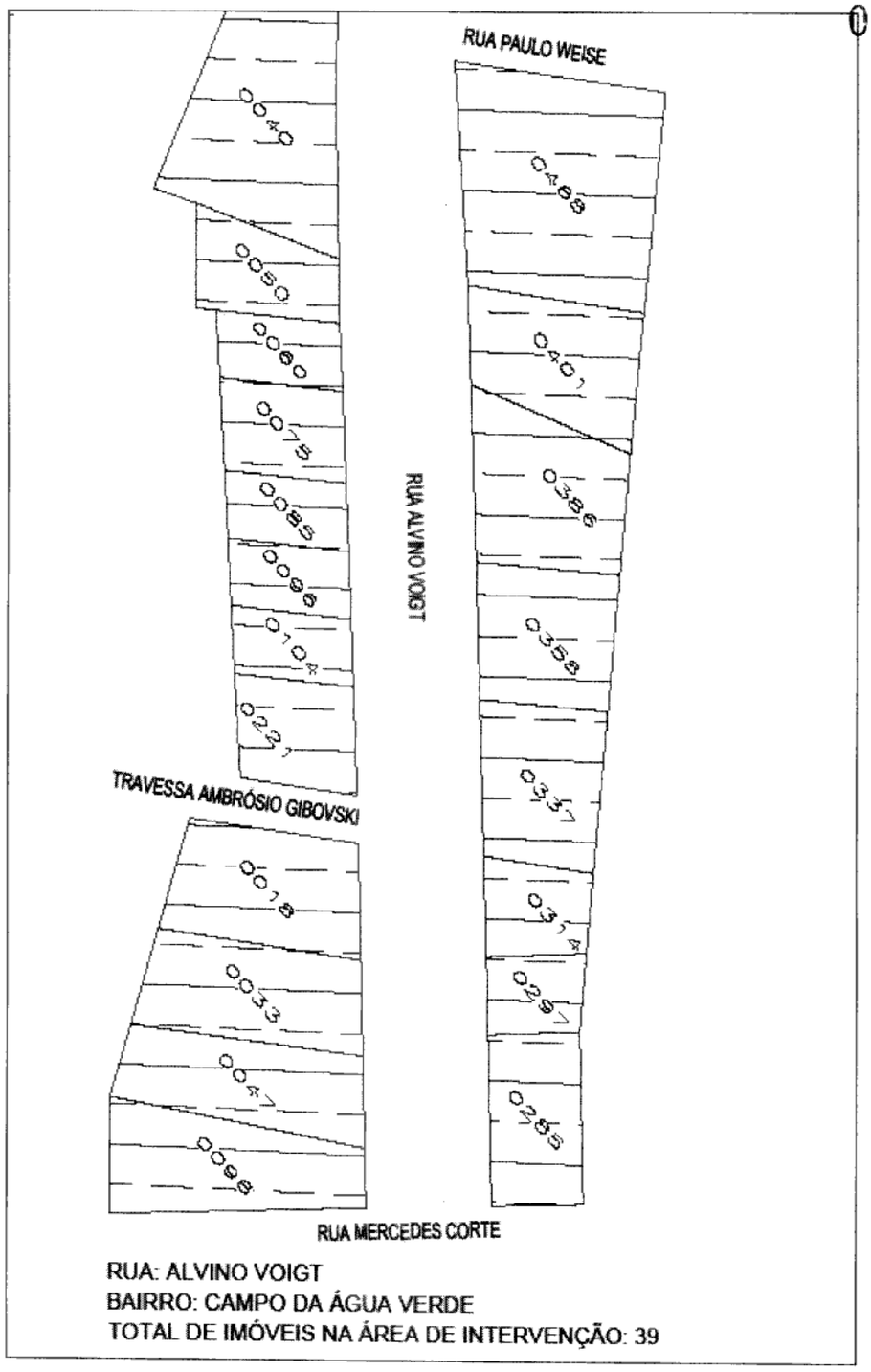
000033



RUA: PAULO WIESE
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 11

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000034

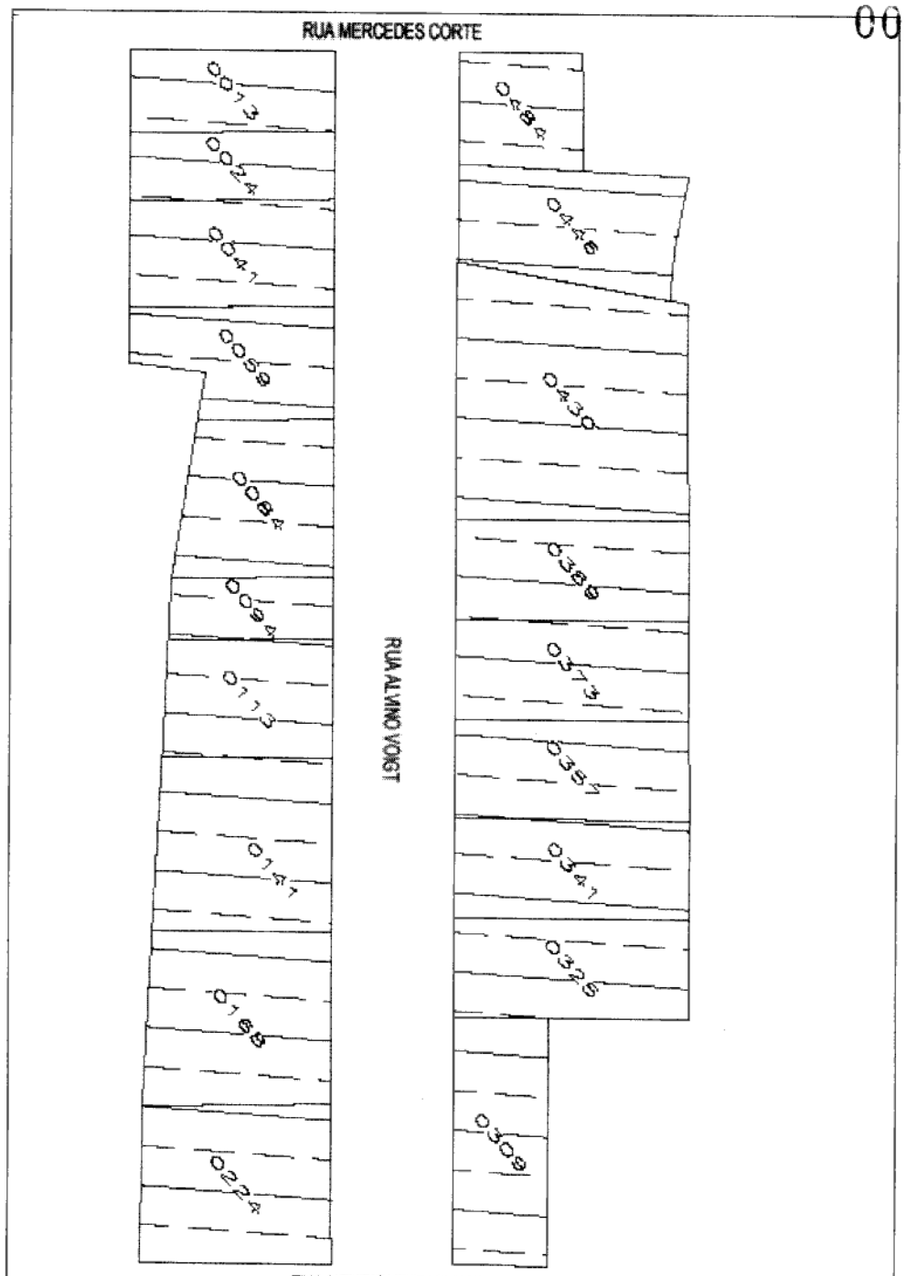


RUA: ALVINO VOIGT
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 39

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

000035

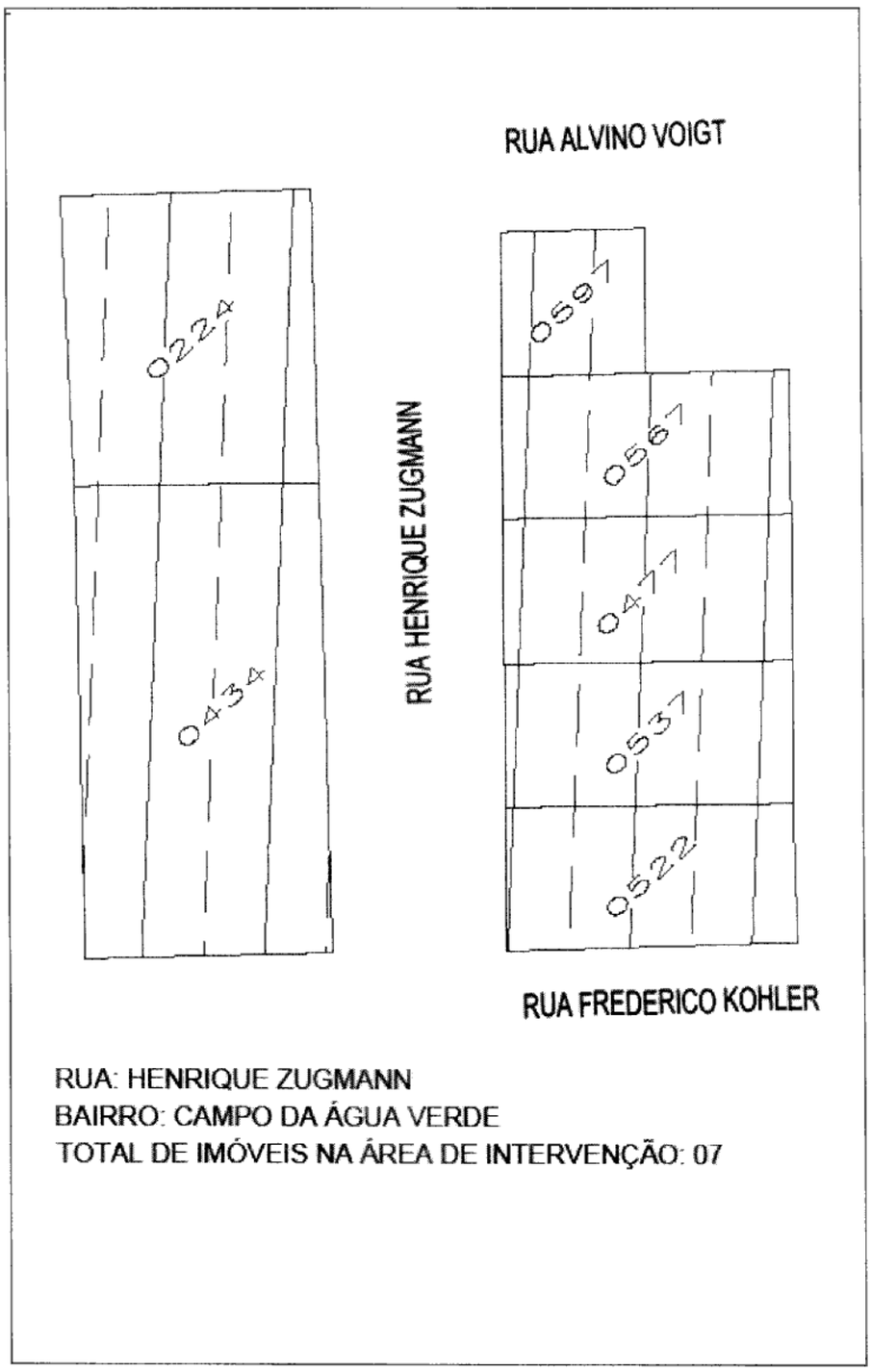


RUA: ALVINO VOIGT
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 39

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

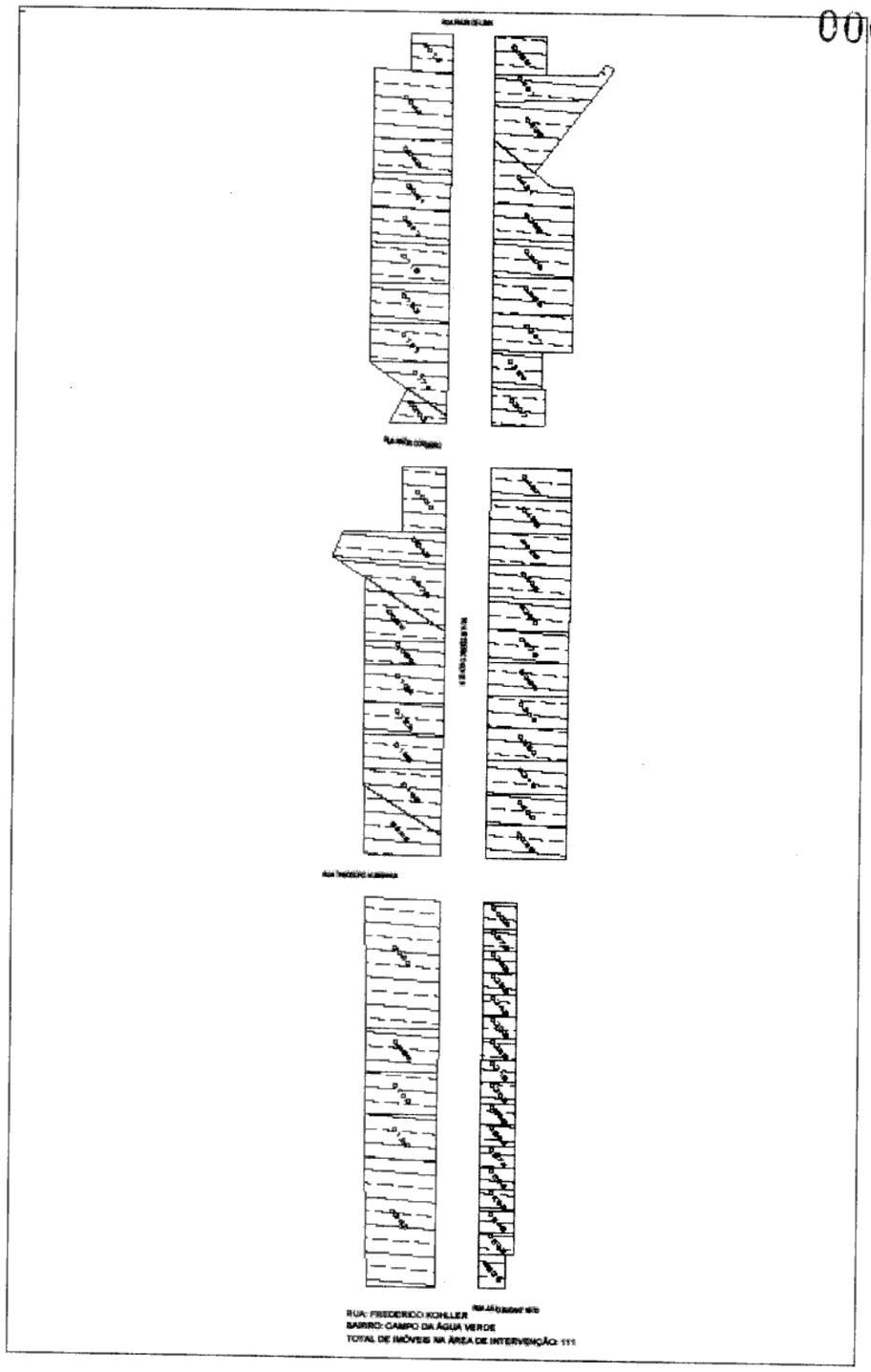
000036



RUA: HENRIQUE ZUGMANN
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 07

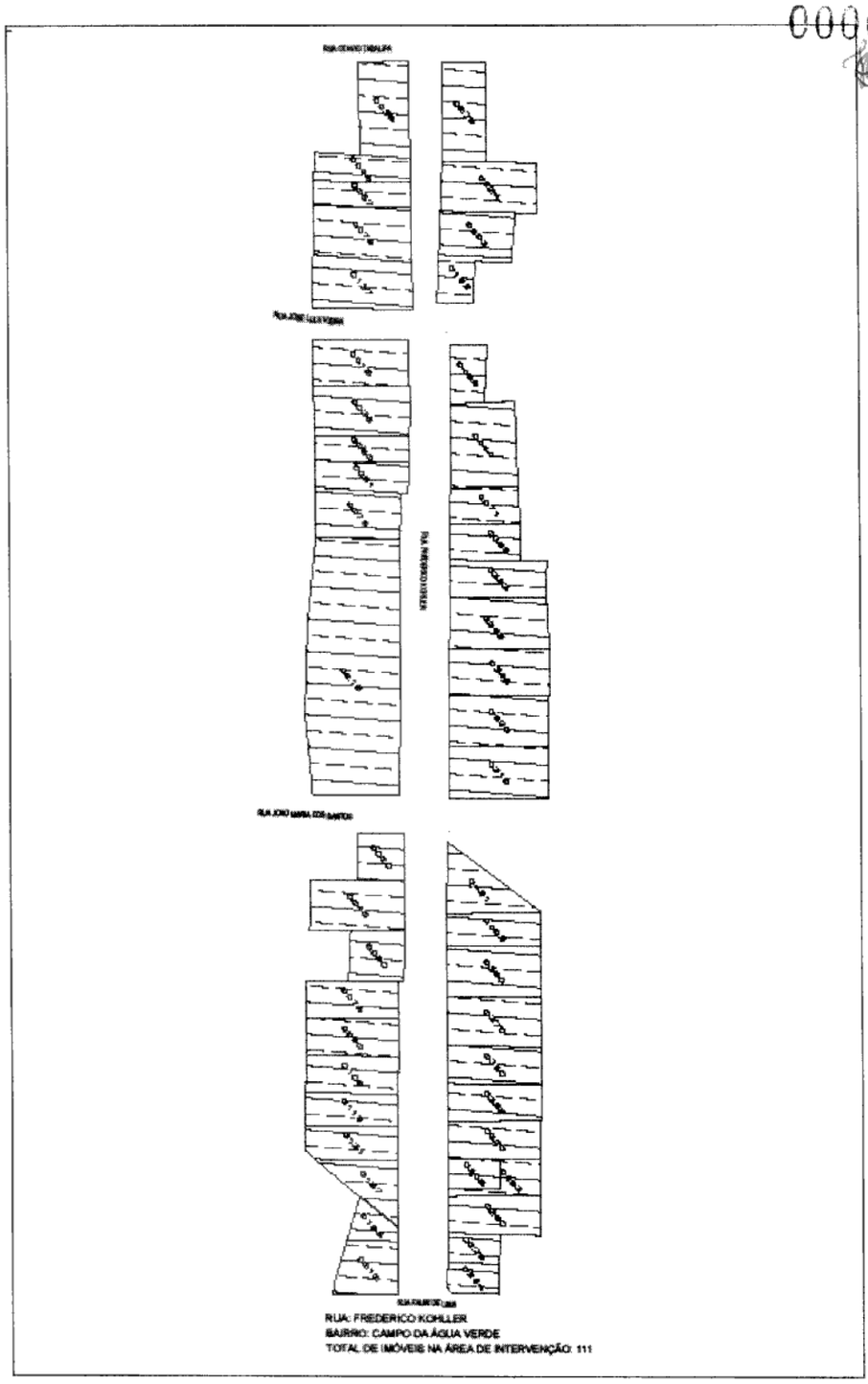
Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000037



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

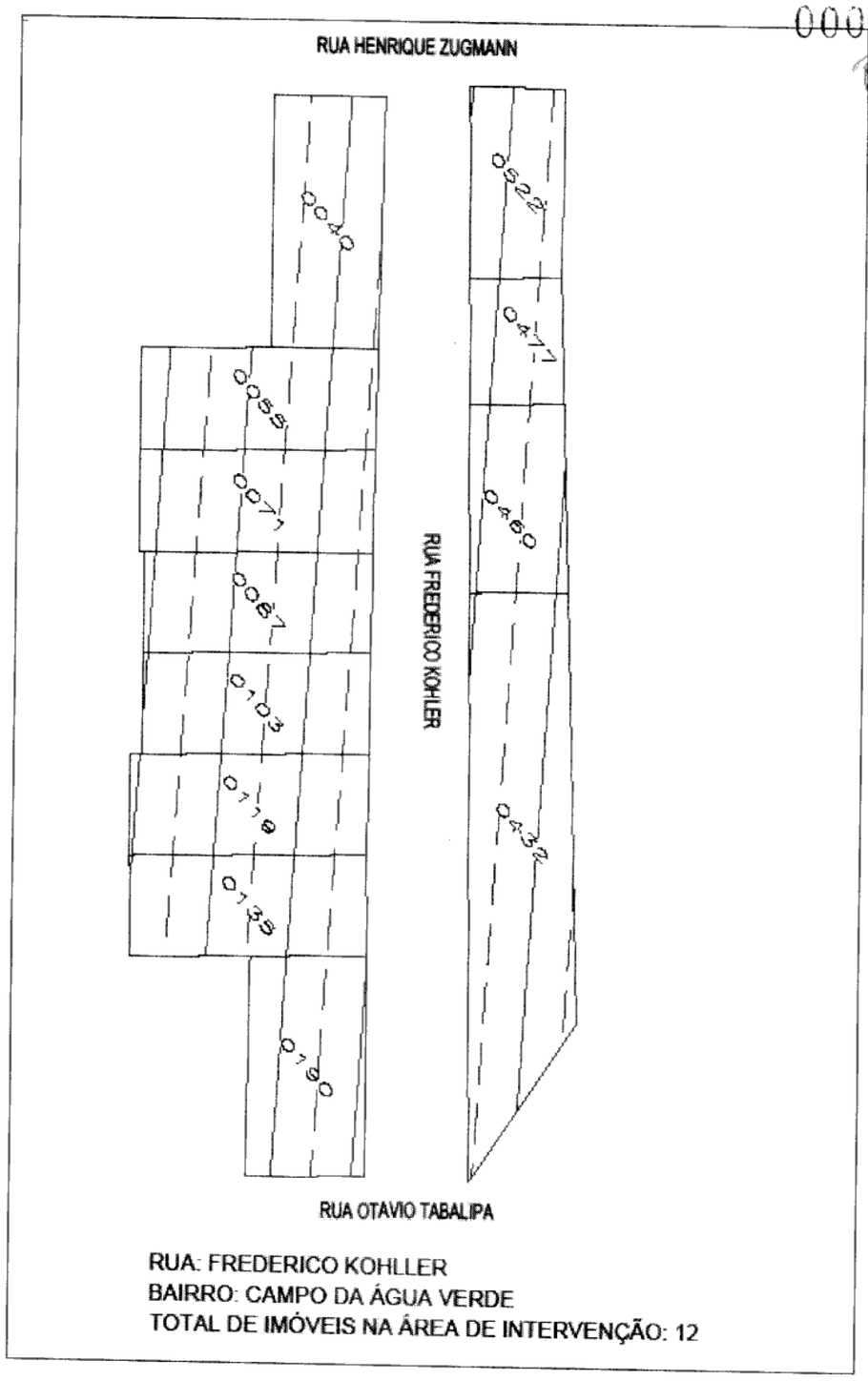
000038



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

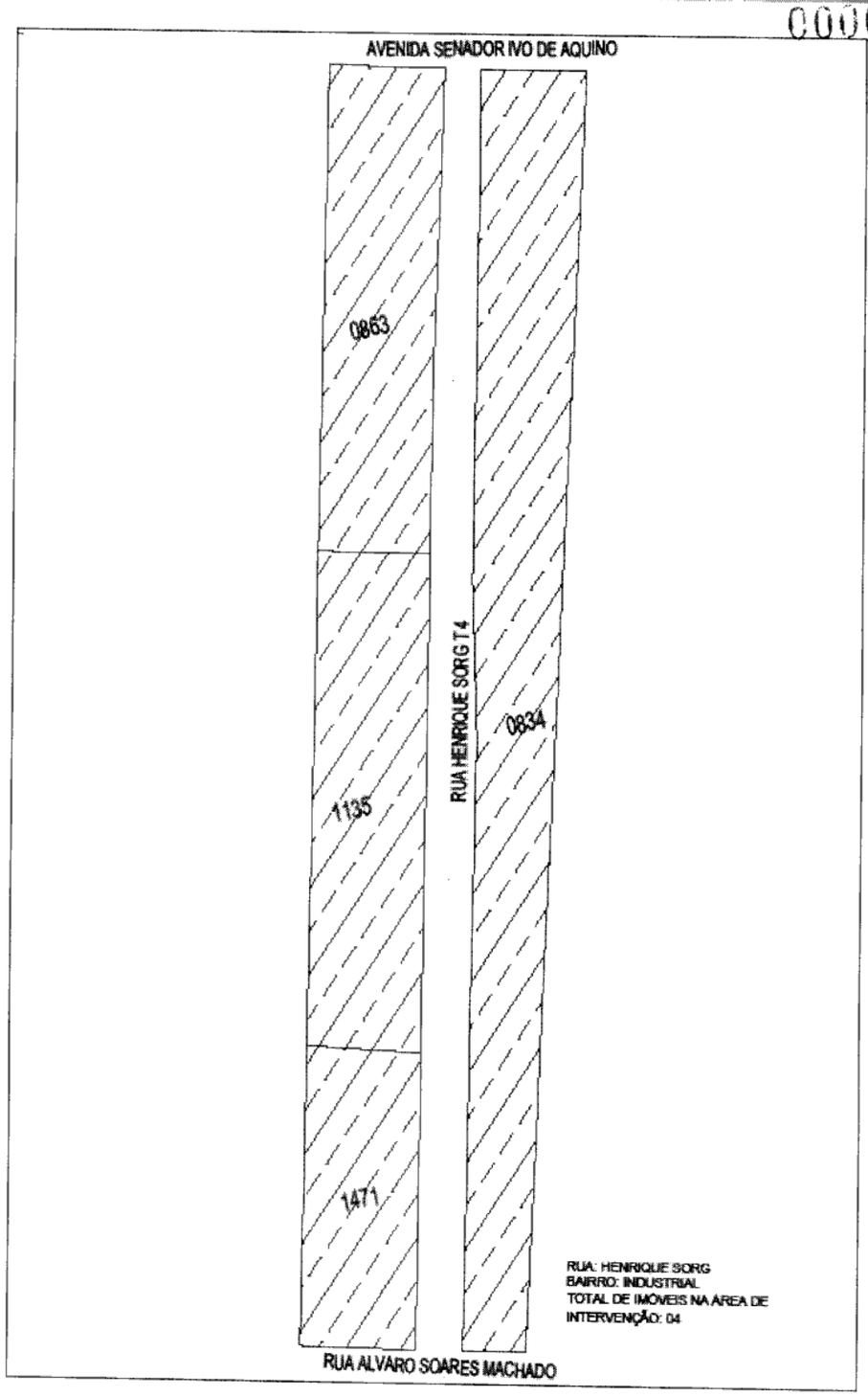
000039



RUA: FREDERICO KOHLLER
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 12

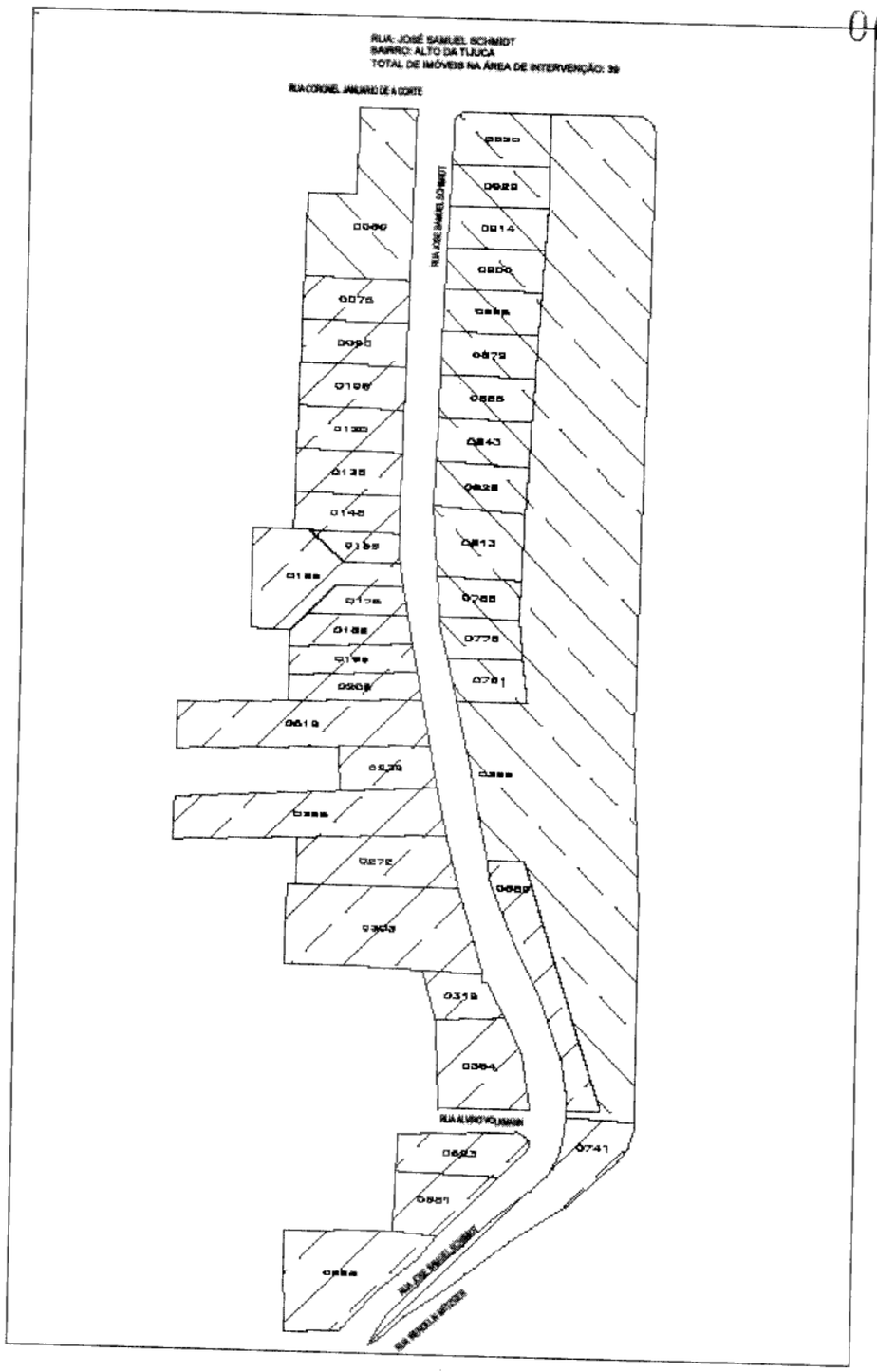
Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000040



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

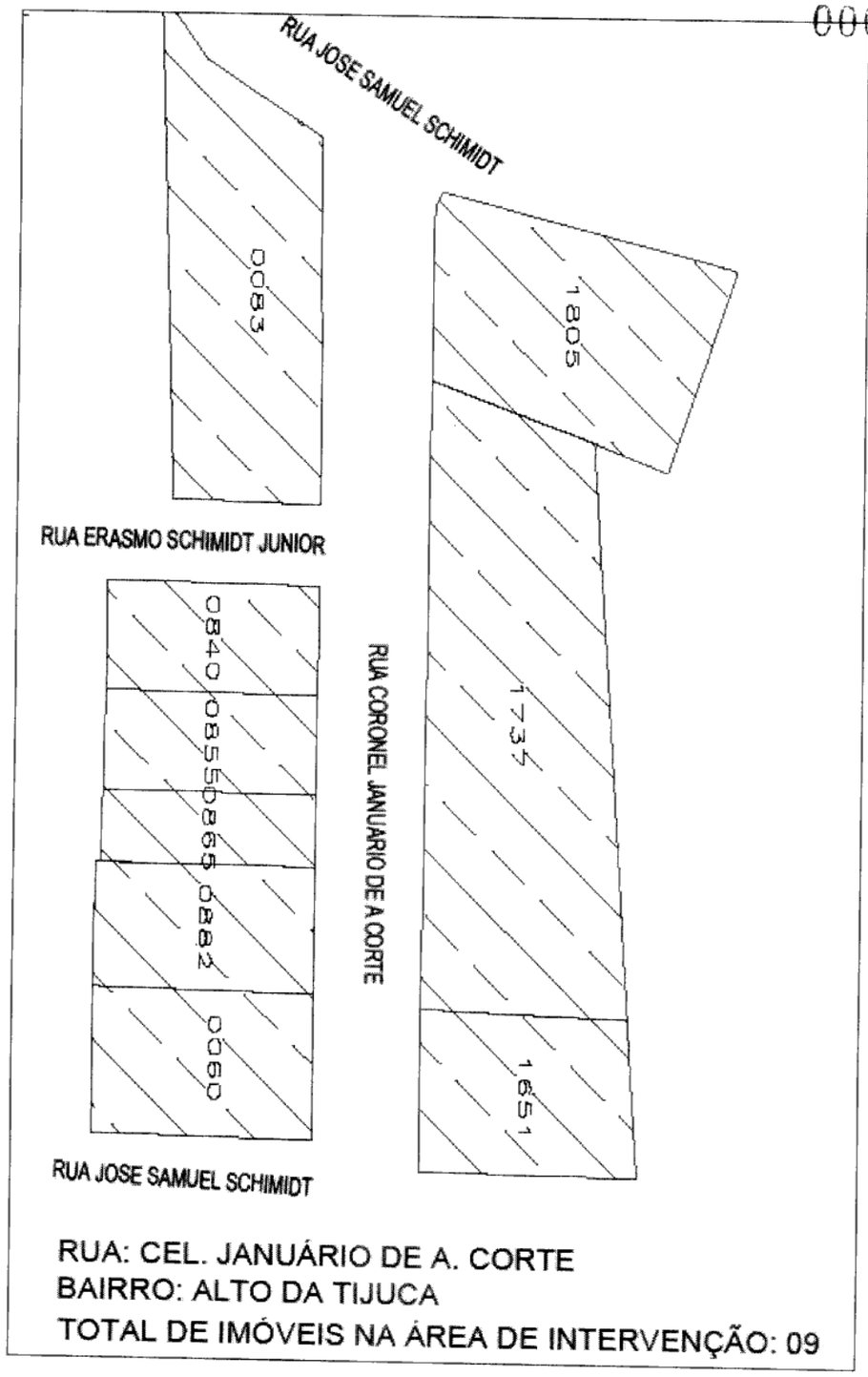
000041



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

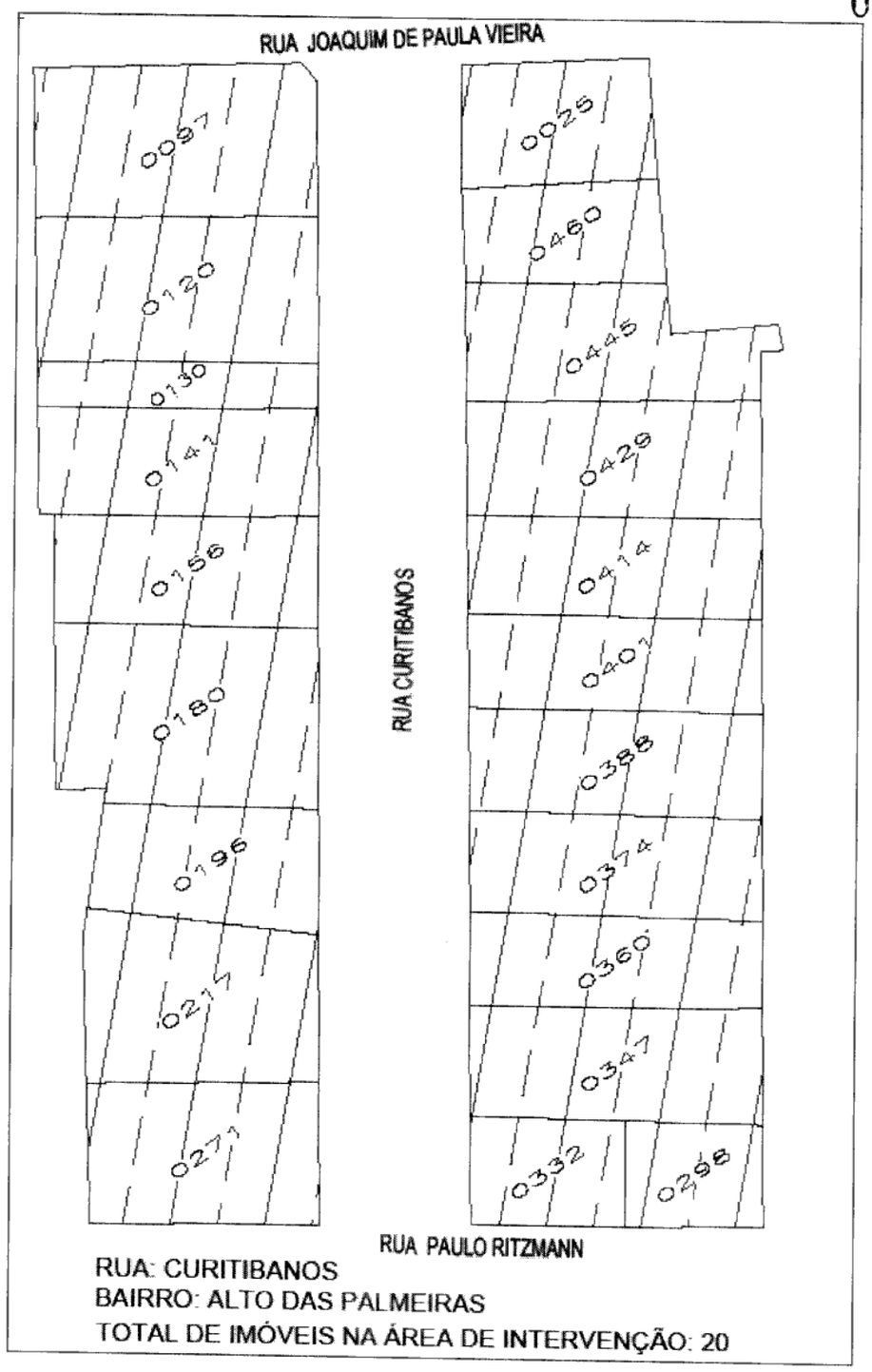
000042



RUA: CEL. JANUÁRIO DE A. CORTE
BAIRRO: ALTO DA TIJUCA
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 09

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

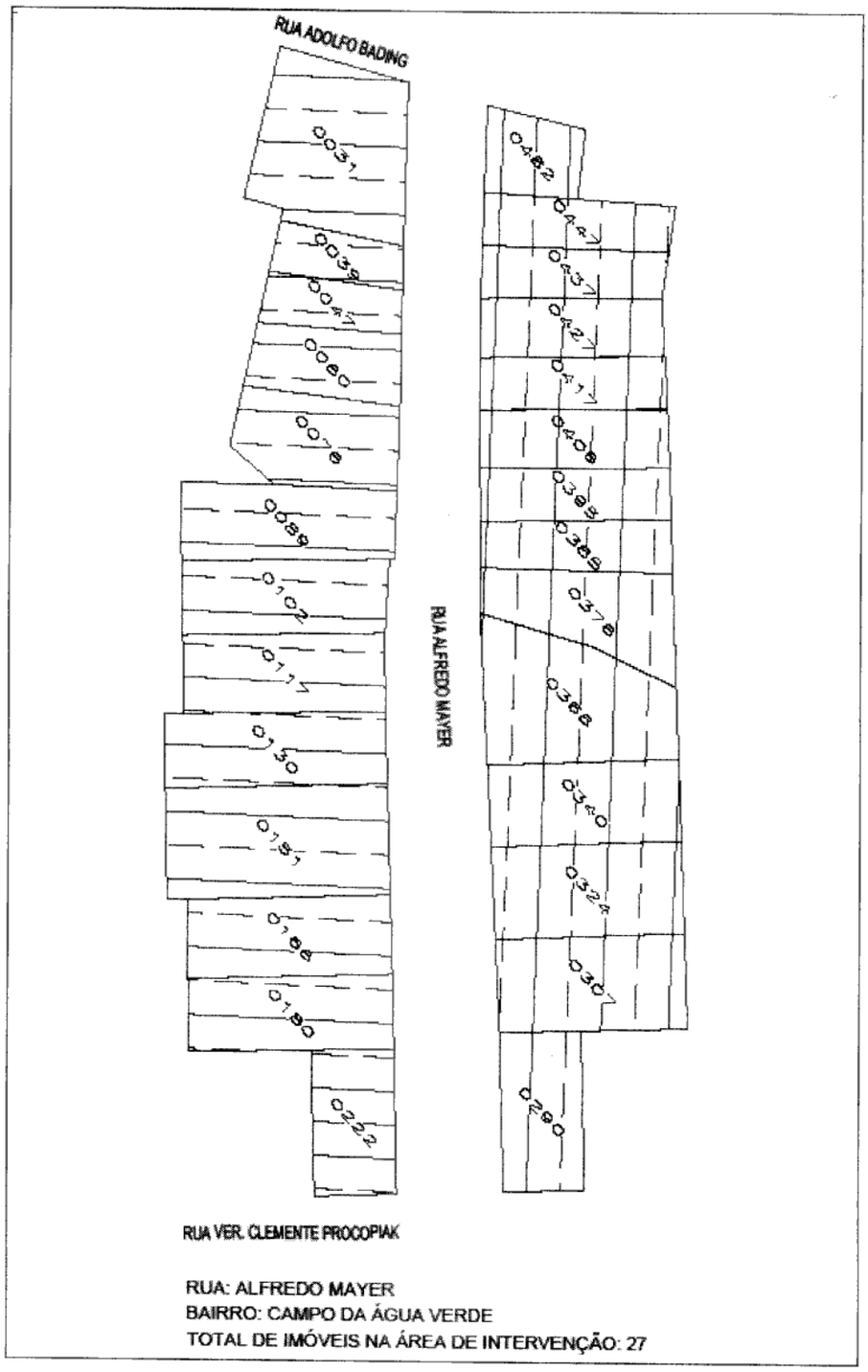
000043



RUA: CURITIBANOS
BAIRRO: ALTO DAS PALMEIRAS
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 20

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000044

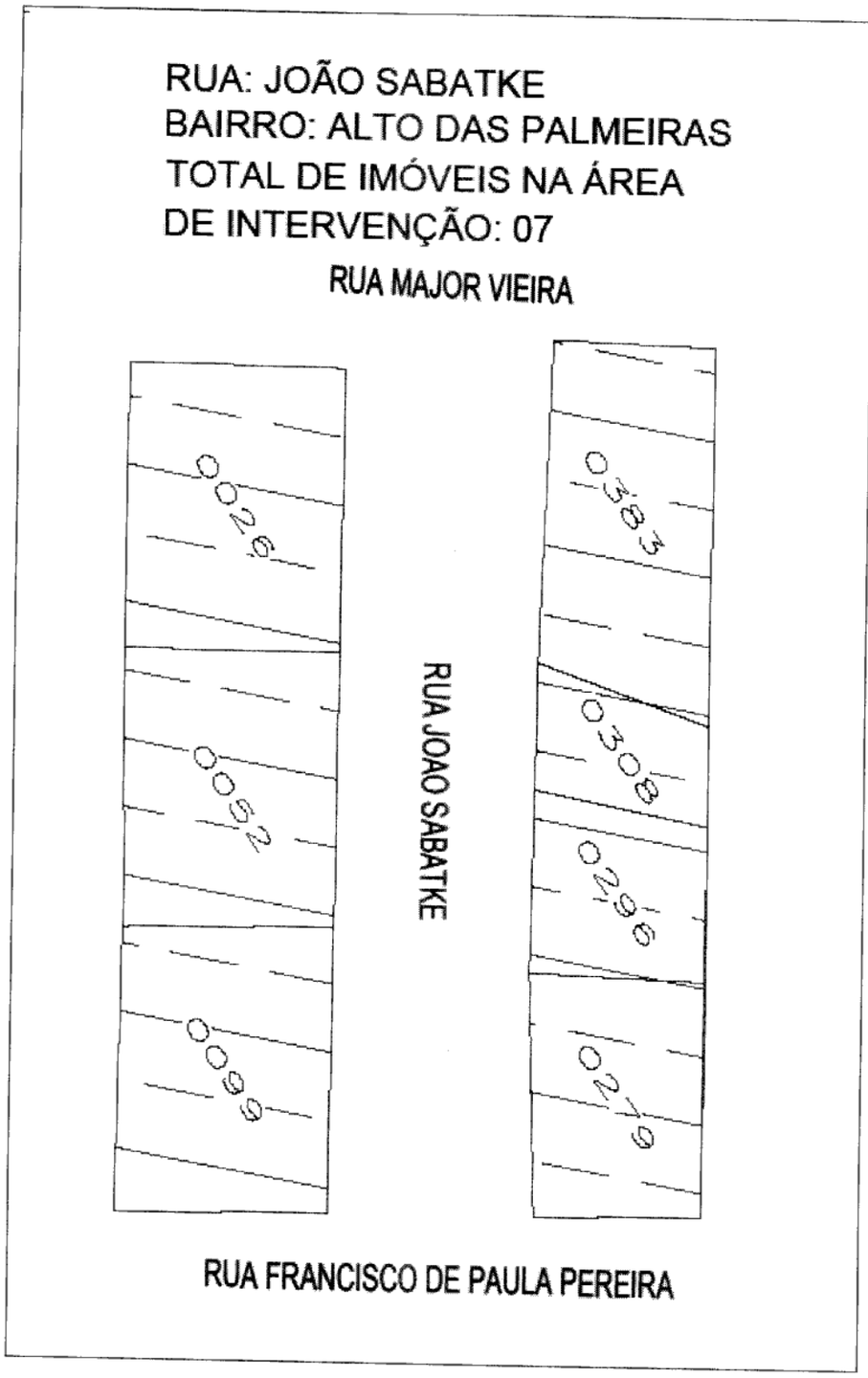


RUA: ALFREDO MAYER
BAIRRO: CAMPO DA ÁGUA VERDE
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO: 27

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000045

RUA: JOÃO SABATKE
BAIRRO: ALTO DAS PALMEIRAS
TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA
DE INTERVENÇÃO: 07



Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

ANEXO II

000046

PAVIMENTAÇÃO EM FASE DE LICITAÇÃO E EXECUÇÃO						
RECURSO	**RUA**	**INÍCIO**	**FINAL**	**EXTENSÃO ESTIMADA (m)**	**Bairro**	**Valor Estimado (R$)**
FINISA	Rua João Watzko	Rua Porfírio Alves	Rua Pedro Batista de Bastos	230,24	Industrial I	R$ 426.390,54
FINISA	Rua Porfírio Alves	Rua Henrique Sorg	Rua João Watzko	428,02	Industrial I	R$ 786.682,43
FINISA	Rua Ver. João Alexandrina	Rua Henrique Sorg	Rua Osvaldo Chagas	104,96	Industrial I	R$ 198.328,14
FINISA	Rua Feres João Sfair	Rua Otto Friedrich	Rua Bernardo Olsen	181,98	Industrial I	R$ 402.992,35
FINISA	Rua Antônio Liller	Rua Lourenço Wrublevski	Rua Adão Tiska	842,77	Alto das Palmeiras	R$ 1.892.274,10
FINISA	Rua Deodato de Lima II	Rua São José	Rua Frei Menandro Kamps	164,87	Boa Vista	R$ 351.985,76
FINISA	Rua Frei Menandro Kamps	Rua João Sabatke	Rua São José	277,37	Boa Vista	R$ 534.904,97
FINISA	Rua Júlio Budant Neto	Av. Expedicionários	Rua Júlio Correia da Costa	480,00	Campo da Água Verde	R$ 1.342.997,82
FINISA	Rua Júlio Budant Neto	Rua Júlio Correia da Costa	Rua Miguel Darmorus	358,36	Campo da Água Verde	R$ 977.964,86
FINISA	Rua Paulo Weise	Av. dos Expedicionários	Rua Alvino Voigt	228,10	Campo da Água Verde	R$ 502.259,51
FINISA	Rua Alvino Voigt	Rua Paulo Weise	Rua Henrique Zugmann	399,01	Campo da Água Verde	R$ 910.321,85
FINISA	Rua Henrique Zugmann	Rua Alvino Voigt	Rua Frederico Kohler	131,43	Campo da Água Verde	R$ 286.772,31
FINISA	Rua Frederico Kohler	Rua Henrique Zugmann	Rua Otávio Tabalipa	174,48	Campo da Água Verde	R$ 355.438,54
FINISA	Rua Frederico Kohler	Rua Otávio Tabalipa	Rua Júlio Budant Neto	1.093,10	Campo da Água Verde	R$ 2.308.281,47
FINISA	Henrique Sorg - T4	Rua Ivo D'Áquino	Álvaro Soares Machado	705,00	Industrial I	R$ 1.751.194,56
FINISA	Rua José Samuel Schmidt	Rua Cel. Januário de A. Corte	Rua Wendelin Metzger	480,00	Alto da Tijuca	R$ 615.291,41
FINISA	Rua Cel. Januário de A. Corte	Rua José Samuel Schmidt	Rua Bernardo Olsen	215,00	Alto da Tijuca	R$ 261.967,71

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

FINISA	Rua Curitibanos	Rua Joaquim de Paula Vieira	Rua Paulo Ritzmann	161,00	Boa Vista	R$ 362.276,04
FINISA	Rua Alfredo Maier	Rua Adolfo Bading	Rua Clemente Procopiak	220,00	Campo da Água Verde	R$ 594.508,67
FINISA	Rua João Sabatke	Rua Major Vieira	Rua Paula Pereira	90,00	Centro	R$ 206.523,32

000047

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

JUSTIFICATIVA

000048

Prezados Senhores, Nobres Vereadores;

O Poder Executivo Municipal, diante da necessidade de efetivar melhorias nas vias urbanas de nosso município e, com intenção de possibilitar o favorecimento das ligações nos bairros beneficiados, apresenta à Vossas Excelências o presente Projeto de Lei.

Considerando que a Contribuição de Melhoria é um tributo que tem por hipótese de incidência uma atuação estatal diretamente referida ao contribuinte, uma vez que assim o exige a Constituição Federal de 1988, especificadamente em seu artigo 145, inciso III ao dispor que/: *"Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: (...) III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas"*.

Assim, esta atuação estatal somente pode consistir em obra pública que promova valorização imobiliária, ou seja, aumente o valor de mercado dos imóveis diretamente beneficiados. Desta forma é considerado um tributo vinculado a uma atuação estatal que, no caso, é a obra pública, da qual decorra valorização imobiliária.

A contribuição de melhoria descrita em nosso ordenamento jurídico, na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional art. 81 e 82 (Lei nº. 5.172/1966), no Código Tributário Municipal (Lei Complementar n. 8/2005) e no Decreto-lei nº. 195/1967, o qual complementou o CTN, apresentam como fato gerador o acréscimo do valor dos imóveis localizados nas áreas de influência, segundo o maior ou menor benefício, na forma direta no presente caso. Desta forma, cabe ao Município seguir os delineamentos de tais diplomas para cumprir determinação Federal na sua esfera de atuação.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2000), dispõe em seu art. 11 e parágrafo único, que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Ademais, este diploma legal imputa sanções administrativas ao Ente Federado, como o impedimento de receber transferências voluntárias, a proibição de contratar operações de crédito e prestação de garantias e contra garantias, sendo que os gestores públicos e ordenadores de despesa serão responsabilizados pelo descumprimento de suas normas, sem deixar de lado o Decreto-lei nº. 201/1967 que prescreve sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores.

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

O Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001), estabelece as diretrizes gerais da política urbana, destacando na redação do seu artigo 2º, que *"A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...) XI - recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos".*

Considerando que as Ruas em questão, favorecem o acesso às demais ruas secundárias nas suas áreas de abrangência nos Bairros.

Considerando que a execução da obra de pavimentação contará com a aplicação de recursos oriundos do FINISA, através de operação de crédito.

Considerando que a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e os demais serviços complementares proporcionarão maiores comodidades aos moradores das zonas diretas de influência, bem como ao comércio, munícipes e visitantes que por ali necessitem trafegar.

Sendo assim e, certos de podermos contar com a atenção desta Casa, buscando com isso atender aos anseios da população canoinhense, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos outros que se fizerem necessários.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este documento foi assinado digitalmente por GILBERTO DOS PASSOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 0C63-A0D0-2C5E-E32D

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você
Rua Felipe Schmidt,10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0C63-A0D0-2C5E-E32D

000050

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ GILBERTO DOS PASSOS (CPF 003.649.429-16) em 08/11/2019 08:43:04 (GMT-03:00)
Emitido por: AC Instituto Fenacon RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação em https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código acima ou por meio do link abaixo:

https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/0C63-A0D0-2C5E-E32D